

ARTIGO*O catálogo dos valores: o século XVII e a idéia do príncipe perfeito*

Marcos Antônio Lopes
Doutorando em História - USP

"Não há nada tão grande quanto um príncipe que, sendo ofendido, deseja perdoar, e que tendo meios de castigar, se contenta em poder fazê-lo".

Richelieu

"Assim, meu filho, o ressentimento e a cólera dos reis sábios e hábeis contra seus súditos são somente a justiça e a prudência".

Luís XIV

Os *espelhos de príncipes* formam um antigo gênero literário surgido nos meios eclesiásticos da Europa Medieval, quando se desenvolviam os primeiros esforços dos reis em estenderem a propagação monárquica para além de suas áreas imediatas de jurisdição.¹ No caso específico da França, tais obras assumiram a função de, através de exemplos retirados da história pátria, da tradição judaico-cristã e até da mitologia greco-romana, ensinar aos soberanos que na condução dos interesses da monarquia, um rei precisa se mostrar seguro na prática de determinadas virtudes, e, mais forte ainda, no afastamento dos vícios.

Na França do século XVII, estes catálogos de virtudes e vícios contavam ainda com muitos herdeiros diretos e indiretos. Esse estilo de se escrever obras históricas e políticas foi mais do que uma simples remanescência no século XVII. Certamente, o catálogo dos valores morais característico da Idade Média francesa, com o elenco de virtudes e vícios peculiares ao período, passou por modificações. De fato, foi reestruturado e atualizado em vários sentidos, até porque era preciso

¹ Os *miroir des princes* são um fenômeno literário de alcance continental. Da Inglaterra e Espanha, passando por Portugal e França até a Itália e Alemanha, inúmeras foram as obras que colocaram em destaque o catálogo das virtudes e vícios da autoridade temporal. Cf. Jean TOUCHARD, *História das idéias políticas*. Lisboa, PEA, 1970, p. 64 e segs. vol. 2

que os condutores de “testas coroadas” se colocassem em consonância com a realidade dos novos tempos. Mas, sem transformações que desvirtuassem o sentido original do gênero, qual seja, orientar os passos do monarca na construção do bem público.

A obra de um Richelieu, de um Bossuet, por exemplo, é inequivocamente *espelhos de príncipes*, ainda que bastante modernizados.² O estilo e a composição podem ter mudado, mas as virtudes cardeais do príncipe e os vícios que podem atingi-lo, estão presentes nos textos, do início ao fim. Em fins do século XVII, o moralista Jean de La Bruyère escreveu um capítulo inteiro de seu *Les caractères* com o precípua objetivo de construir o modelo do príncipe virtuoso. Ainda em 1700, um rei moderno e ousado como Luís XIV se permite seguir o velho modelo: “*Declarai-vos em qualquer ocasião pela virtude e sempre contra o vício*”.³

Neste artigo, o objetivo será o de discutir um tema específico em alguns discursos sobre a realeza no século XVII francês. Enfocando o domínio da moralidade real em autores como Richelieu, Luís XIV, La Bruyère e Bossuet, pretende-se demonstrar as evoluções de um discurso que tem a realeza como tema unificador das narrativas.⁴ Para

² Até *O Príncipe* de Maquiavel pode ser enquadrado no gênero, muito mais pelo estilo que pelo conteúdo. é claro. Ninguém mais que ele desejou tanto ser instrutor de homens de Estado. “Não quis adornar meu trabalho com frases longas e palavras grandiloquentes, ou quaisquer desses atrativos e ornamentos superficiais com que muitos escritores procuram embelezar o que produzem. Desejo que meu trabalho receba apenas o respeito que a novidade e a seriedade do assunto possam justificar. Espero também que não se considere presunçoso que um homem de condição humilde e obscura procure estudar e orientar o governo dos príncipes” Op. cit., p.73. Homem de Estado e autor de um *espelho de príncipe* rejuvenescido pelos tempos modernos, as preocupações de Luís XIV são da mesma natureza; na verdade mudam-se apenas os interlocutores. Maquiavel escreveu para os altos dignitários de Florença, o Rei-Sol para o próprio filho. Entretanto, há fundamentos religiosos nas exortações do rei. “Vários de meus ancestrais esperaram o fim de suas vidas para fazer semelhantes exortações a seus filhos. Eu acreditei, ao contrário, que elas teriam mais força e mais peso junto a vós enquanto o vigor de minha idade, a liberdade de meu espírito, o estado florescente de meus negócios não vos permitissem de nenhum modo suspeitar de fantasias, ou de as atribuir à iminência do perigo. Não me deis este desgosto, meu filho, que elas não lhe sirvam apenas para torná-lo mais culpável, como elas o fariam sem dúvida se vós viesseis a esquecê-las” *Mémoires...*, Paris, LCL, 1960, pp.52-53.

³ “Instructions au Duc d’Anjou (1700)”. IN: *Mémoires*... p.253

⁴ RICHELIEU, “Testament politique”. IN: *Oeuvres du Cardinal de Richelieu*. Paris, Plon, 1933. (Avec introduction et des notes par Roger GAUCHERON) LOUIS XIV. *Mémoires*. Paris, Le livre club du libraire, 1960. (Avec introduction et notes par Jean LONGNON). LA BRUYÈRE, Jean de. *Les caractères ou les mœurs de ce siècle*. Paris, Hachette, 1890. (Publiés avec “Discours sur Théophraste suivis du Discours à l’Académie Française”. Notes de G.SERVOIS et A. RÉBELLIAU). BOSSUET, J-B. *Politique tirée des propres paroles de*

tanto, esses *espelhos de príncipes* da modernidade foram dispostos em série cronológica, segundo a época da concepção por seus autores. Tomando tais obras como um sistema discursivo relativamente fechado, no que se refere a temas e formas de abordagem, o propósito será o de apontar algumas variações surgidas no século XVII, acerca do ideal ético da realeza.

Este itinerário começará pelo *Testament Politique* do Cardeal de Richelieu, passando pelas *Memórias* de Luís XIV e os *Caractères* de La Bruyère, para terminar com a *Politique* de Bossuet. Com efeito, tais textos são em muitos sentidos aparentados entre si porque seus autores pertenceram não propriamente a um mesmo mundo, mas seguramente viveram num único meio social. De fato, a França de Luís XIII era um reino que lutava ainda contra os princípios incivilizados da Idade Média guerreira, cristalizados uma última vez pela barbárie das guerras de religião. O *Siècle de Louis XIV*, pelo menos em seu núcleo central, a corte, foi um mundo que assistiu ao triunfo da etiqueta,⁵ do esplendor e da glória do "maior e mais terrível príncipe do universo".⁶

Richelieu foi príncipe em caráter extraordinário, chegando mesmo a desfrutar de uma certa "realeza", antes que se tornasse figura execrada, tanto por huguenotes quanto pela sociedade francesa. Conduzindo os negócios do Estado, cuja aspereza não permitia a presença mais efetiva de um rei de "compleição nervosa", que o próprio Richelieu considerava de uma *santé faible*, ele não se contém nesse ofício: no final de sua carreira como estadista resolveu se aventurar pela literatura política.

La Bruyère e Bossuet também têm o universo principesco como principal referência social de seus trabalhos. Ambos moralistas, ainda

l'Ecriture Sainte. Genève, Droz, 1967 (Edition critique avec introduction et notes par Jacques LE BRUN).

⁵ A sofisticação da arquitetura social de Versalhes teve como principal mestre-de-obras, Luís XIV. O Rei teve plena consciência do mundo de ilusão que ele desejou criar para maior glória de sua realeza: "Nenhuma recompensa toca mais os corações que as distinções de linhagem, que são quase o primeiro motivo de todas as ações humanas, mas sobretudo as mais nobres e maiores; É, aliás, um dos mais visíveis efeitos de nosso poder, aquele de dar quando nos agrada um preço infinito ao que por si mesmo não é nada. Vós haveis aprendido, meu filho, qual uso os romanos, e particularmente Augusto, o mais sábio de seus imperadores, sabiam fazer destas distinções puramente honoríficas, que eram bem mais frequentes em seus séculos que entre nós. Excelentes homens têm censurado os últimos tempos de não tê-las desenvolvido o bastante: é preciso, não somente usar aquelas que nossos pais introduziram, quando podemos, mas até mesmo inventar algumas novas, desde que seja com julgamento, com critério, com dignidade, como vós vereis aliás que eu me empenhei de vos mostrar o exemplo". Op. cit., pp.75-76.

⁶ Uma das divisas de Luís XIV, que como a *última ratio regum*, figura em cenas militares do rei.

que La Bruyère não tenha abraçado a carreira eclesiástica, têm também em comum o fato de terem sido preceptores de príncipes. Como preceptor do grande Delfim, e escrevendo obras pedagógicas para o presuntivamente futuro rei de França, Bossuet reúne em seu "catálogo" antigas virtudes morais da realeza que, na década de 1680, entraram de novo em moda por influxo de desdobramentos da Contra-Reforma, bem como pela influência da política religiosa de Luís XIV. La Bruyère, preceptor do neto do Grand Condé, escreveu seus *Caractères* no mesmo contexto de Bossuet. Amigos de longa data, cuja visão política converge para os mesmos temas, construíram uma imagem do príncipe ideal bem semelhante. Em sentido análogo, as *Memórias* de Luís XIV pertencem ao mesmo meio, com a única diferença de que é um discurso do rei sobre a própria realeza, que ele toma como a dignidade política mais elevada de toda a cristandade.⁷

Em síntese, ainda que diverjam sobre a adequação dos princípios morais da realeza, transparece nas obras selecionadas o sentimento comum de que as relações entre as coisas do mundo e a esfera sagrada são mediatizadas pelo príncipe evangelicamente correto, na medida que, por suas virtudes morais, ele consiga estabelecer uma soberania de natureza vertical fazendo a graça de Deus se espalhar também sobre seus súditos. De Richelieu a Bossuet, a realeza é um princípio sagrado sobre o qual se reflete a unidade fundadora do reino. A autoridade real está além das querelas. A realeza qualifica e determina a natureza do espaço físico: onde ela esteja aí está o centro do corpo político.⁸

⁷ Luís XIV compartilha do "esquema" historiográfico predominante em seu tempo, aquele que evoca a França não apenas como a primeira coroa em dignidade e precedência, mas como o reino cuja memória tão extensa faz dele o maior dos impérios: "que este método foi para nós bom e útil, a experiência já demonstrou, uma vez que em todos os séculos passados não há memória de nenhum império de tão longa duração quanto este tem sido, e que contudo não parece prestes a acabar". Op. cit., p. 104. O Rei-Sol aborda a realeza na mesma perspectiva providencial de seus contemporâneos. O mandato do céu faz do reino uma espécie de segunda terra prometida.

⁸ A metáfora orgânica, ainda que concebida como modelo teórico acabado de explicação da sociedade política apenas na Inglaterra, conheceu algumas recorrências na França Moderna. Nossos autores se utilizam com certa regularidade deste expediente para fazerem figurar o rei como o centro vital do reino. Luís XIV, por exemplo, se utiliza com certa frequência do modelo: "Porque enfim, meu filho, nós devemos considerar o bem de nossos súditos muito mais que o nosso próprio. Parece que eles fazem parte de nós mesmos, uma vez que nós somos a cabeça de um corpo do qual eles são os membros". Op. cit., p. 61. Bossuet é bastante pródigo na aplicação desse sistema explicativo: "É porque Ele deu aos homens diversos talentos. Um é próprio a uma coisa, e o outro a uma outra, a fim de que eles possam se socorrer mutuamente como os membros do corpo, e que a união seja cimentada por essa necessidade mútua"; e mais adiante: "Ser impiedoso com seu povo, é se separar de seus próprios membros, e merece perder partes de seu corpo". *Politique tirée* ... pp. 10 e 76, respectivamente.

Não há nada tão flagrantemente contraditório quanto a agressividade da prática política de Richelieu e a relativa brandura de seus textos, o que revela um príncipe que, colocando à frente de tudo a "razão de Estado", não seguiu ao pé da letra a lógica maquiaveliana de vencer primeiro pela astúcia e só depois pela força. Como príncipe experimentado nas lides da política interna e internacional, Richelieu soube muito bem fluidificar o catálogo de virtudes do soberano. Como ele próprio recomendou no *Testament Politique*, "em matéria de Estado os grandes reis devem ter sempre diversas cordas em seu arco". Isto significa que a aplicação dessa ou daquela virtude é determinada pelas circunstâncias e que, ao príncipe, cabe a sensibilidade para a aplicação mais correta. Tendo vivido no conturbado contexto europeu da Guerra dos Trinta Anos, astúcia e força são as novas virtudes desse Maquiavel do século XVII, de que ele lança mão contínua e concomitantemente, ao que parece, com o predomínio da força.

Príncipe eclesiástico virtuoso tanto nos choques brutais quanto na sutileza dos ardis, o que leva a compará-lo a um Luís XI, Richelieu é autor de uma fantástica coleção de textos.⁹ Mas, como obra acabada, contendo a síntese de seu pensamento político, ele produziu apenas o *Testamento*. Como afirma seu comentarista, "toda a substância do pensamento político do Cardeal de Richelieu está contida no *Testament Politique*, verdadeiro tratado de governo redigido para Luís XIII, já no fim de sua vida, provavelmente entre 1635 e 1640..."¹⁰

Em sua *Carta ao Rei*, homenagem obrigada comum nas obras de seu tempo, o Cardeal de Ferro expõe sua metodologia de trabalho, o que revela o parentesco de sua obra com os *exempla* medievais. De fato, sua narrativa integral não abandona o desejo de ser *magistra vitae*, que vai buscar, em episódios passados, as lições para a boa condução das questões de Estado, para que a glória da realeza seja sempre lembrada:

"Deus tendo abençoado minhas intenções, até ao ponto que a virtude e a felicidade de Vossa Majestade têm iluminado o presente século, fazendo a admiração daqueles séculos do futuro, eu considerarei que os gloriosos sucessos que lhe couberam me obrigam a lhe fazer sua história, tanto para impedir que muitas circunstâncias, dignas de não morrer nunca na

⁹Seu editor, Roger GAUCHERON, detalha que "a correspondência do Cardeal, da qual o historiador Aubery tinha primeiramente se apercebido no século XVII, foi publicada cronologicamente, segundo as minutas dos Assuntos Estrangeiros e da Biblioteca Nacional, pelo erudito Avenel, em oito volumes *in quarto* compreendendo no total mais de sete mil páginas, de 1853 a 1878". "Introduction" IN *Oeuvres du Cardinal de Richelieu*, p.01.

¹⁰Id., *ibid.*, p. 01

memória dos homens, fossem sepultadas no esquecimento, pela ignorância daqueles que não as podem conhecer como eu, enfim, que o passado sirva de regra para o futuro".¹¹

No *Testamento Político*, Richelieu antecipa em quase meio século a reflexão de Bossuet, que interdita aos súditos todo e qualquer ato de insubmissão ao rei, a menos que este atente contra Deus. Para o Cardeal, um monarca que deseja manter a paz em seu reino deve cultivar a devoção como primeira virtude. Ao conceber este valor moral como um dos elementos-chave da "salvação pública", o autor observa o princípio da reciprocidade que ele implica:

"Deus sendo o principio de todas as coisas, o soberano senhor dos reis, e aquele que sozinho os faz reinar em paz, se a devoção de Vossa Majestade não fosse conhecida de todo o mundo, eu começaria este capitulo que concerne a sua pessoa, lhe referindo que se ela não segue as vontades de seu criador, e não se submete às suas leis, ela não deve de modo algum esperar fazer seguir as suas, e de ver seus súditos obedientes às suas ordens. Mas seria uma coisa bem supérflua exortar Vossa Majestade à devoção; ela aí está tão importante por sua própria inclinação, e tão confirmada pelo habito da virtude, que não é de se temer que ela daí se separe".¹²

Um príncipe devoto, na concepção de Richelieu, implica em adesão social, ou seja, na confiança dos súditos de que se vive sob um bom governo, sob um regime em que reina um príncipe piedoso. Com efeito, o vício da impiedade fora um dos mais combatidos pelos autores de *espelhos de príncipes* medievais, situação que não havia mudado no século XVII, conforme demonstrou Michel Tyvaert. Mas, a antiga virtude "devoção", já comportava na época de Richelieu pelo menos uma variação semântica importante.

O contexto da Contra-Reforma, e os combates travados na França católica contra a "praga huguenote", fazem igualmente do rei-devoto do Cardeal, o protetor da ortodoxia. Ao escrever "As regras do governo do Estado", uma das unidades de seu *Testamento*, o autor deixa isso muito claro, uma vez que "*não há soberano no mundo que não seja obrigado por este principio a procurar a conversão daqueles que, vivendo sob seu reino, são desviados do caminho da salvação*".¹³

Nesse sentido, é possível compreender a devoção, como a concebe Richelieu, como um conceito de dupla acepção em que a segunda talvez sobrepuje a outra em ordem de significação. Isto se torna compreensível, se lembramos que o autor foi profundamente marcado,

¹¹ *Testament* . . . p. 10

¹² *Testament* . . . p. 13.

¹³ *Testament* . . . p. 55

durante os anos de seu "principado", por crises políticas agudas e profundos transtornos religiosos: a *Journée des Dupes*, de 1630, o conduziu a uma política obstinada de rebaixamento e submissão da nobreza; o problema religioso o levou a uma luta armada contra os huguenotes, que terminou com a eliminação destes como facção política séria.

Convicto seguidor de uma nova racionalidade administrativa do Estado monárquico, que como recorda Georges Durand, pouco a pouco centraliza e, com menos êxito, uniformiza a França moderna,¹⁴ a razão surge como uma das novas e cardeais virtudes em seu catálogo. Isto porque é a razão que define o príncipe moderno, cuja reputação deve também estar calcada na eficiência: "a razão deve ser a regra na condução de um Estado",¹⁵ afirma Richelieu.

De fato, a razão não é propriamente uma virtude moral. Mas na época de Richelieu ela exprime o "bom senso" do monarca e, como tal, deve ser elencada no domínio da moralidade real. Luís XIV, La Bruyère e Bossuet também a empregarão no mesmo sentido, décadas após Richelieu. A razão é uma virtude tão elevada que, na esfera da administração estatal, assume uma multivalência de funções. Na ótica de Richelieu, a razão arrasta consigo altos valores como a sabedoria e o discernimento para fechar os ouvidos do príncipe às calúnias e mantê-los bem abertos unicamente para as verdades úteis ao Estado.

Apesar do estilo sóbrio e direto de sua escrita, Richelieu também opera por metáforas para dizer ao príncipe que inúmeros e imensos males podem ser evitados ao Estado, quando os soberanos não se deixam orientar por impulsos destrutivos. Os reis que simplesmente seguem suas inclinações, e que não se deixam temperar pela razão, tombam frequentemente no precipício das paixões:

Sendo coisa bastante ordinária a muitos homens serem desprovidos de ação a menos que estejam animados por alguma paixão o que os faz considerar como o incenso que nunca sentem agradável senão quando está no fogo, eu não posso deixar de dizer a Vossa Majestade que essa tendência, perigosa a toda espécie de pessoas, o e particularmente aos reis, que devem mais que todos os outros, agir com razão. E com efeito, se a paixão conduz uma vez ao bem, não é senão por acaso, já que por sua natureza ela transtorna tanto quanto cega aqueles nos quais ela está, e que ainda que um homem privado de visão encontre algumas vezes um bom caminho, é um prodígio se ele não se extraviar e se ele não cai

¹⁴ "Esta autoridade que centraliza e em menor grau uniformiza, se esforça por concentrar prerrogativas cada vez mais amplas: depois do exército, justiça e fiscalismo, o poder real estende suas pretensões a economia, a sociedade, à opinião pública e a religião. Tudo torna-se interesse do Príncipe" *États et institutions*. Paris, Armand Colin, 1969, p. 32.

¹⁵ *Testament*, p. 56.

completamente, ele não saberia se isentar de tropeçar várias vezes sem uma sorte extraordinária. Tantos males chegam aos príncipes e a seus Estados, quando eles têm seguido seus sentimentos antes que a razão, e que em lugar de se conduzir pela consideração aos interesses públicos, suas paixões foram seus guias. ...¹⁶

Um príncipe imbuído de razão dificilmente cairá na irreflexão da tagarelice, principalmente naquela maledicência dirigida contra seus súditos. Um príncipe virtuoso deve ter uma "*langue innocente*". Richelieu alerta que caso o rei se encontre, nessa ou naquela ocasião, impedido por qualquer motivo de fazer o bem a seu povo, pelo menos deve ter a sensatez de calar-se, quando a voz dos súditos se levanta. Os homens dão mais valor ao apreço que a todos os bens do mundo.

Desse modo, um mal juízo partido de seu rei atenta contra a submissão, a tal ponto de ser muito difícil reavivá-la por toda sorte de benevolências. Richelieu se estende em reflexões sobre os males que se abatem sobre os príncipes, que "*falam demasiado livremente dos defeitos de seus súditos*"; "*os golpes de espada se curam com facilidade, mas não sucede o mesmo com os cortes da língua, particularmente aqueles provocados pelos reis, que a autoridade torna os golpes quase sem remédio, se a cura não vem deles mesmos*".¹⁷ Atento às lições da história e, particularmente, ao passado recente da monarquia francesa, Richelieu tem em conta que um príncipe descuidado é indesejável e sobretudo maléfico a seu reino, porque dá margem a que inúmeras cabalas se formem contra ele, causando dificuldades ao Estado.

Nesse sentido, é com razão que se fala que Richelieu preparou os fundamentos políticos de Versalhes, pelo menos no que se refere à gravidade luiscatorziana, ao laconismo da realeza solar, a sua estratégia de falar pouco e responder somente por monossílabos. Com efeito, o Rei-Sol, que tinha em Richelieu um modelo de "príncipe" perfeito, parece ter levado a sério a máxima de que "*as menores graças dos reis... que representam na terra a imagem viva de Deus, são sempre muito maiores que todas as afeições dos homens em conjunto*"¹⁸.

Sem ser falso devoto da ortodoxia católica, é possível reconhecer no *Testamento Político* traços bastante nítidos da adesão do autor ao maquiavelismo político, cujos princípios podem lhe ter chegado diretamente do escritor florentino, ou mesmo por outras vias. É preciso lembrar que Maquiavel foi um sintetizador de elementos, que a tradição

¹⁶ *Testament*, p. 17

¹⁷ *Testament*, p. 18

¹⁸ *Penses politiques*. IN Roger GAUCHERON, op. cit., p. 154

política ocidental, até então, havia recusado reconhecer o largo emprego.

Pertencendo aos círculos eclesiásticos, e tendo vivido num contexto em que a religiosidade havia até adquirido mais ímpeto com as novas guerras religiosas do século XVII, é notável como as virtudes morais perdem destaque para as de natureza profana na obra de Richelieu. A devoção, a bondade, a clemência e a castidade do príncipe desfrutam de um certo desprestígio diante de alguns valores associados ao heroísmo de raiz renascentista. Desse modo, a aplicação, a coragem, a severidade e a força ocupam um espaço muito mais privilegiado em seu pensamento.

Entre os valores em moda no fim da primeira metade do século XVII, o *Testament Politique* acentua a severidade que o príncipe deve observar em sua conduta: "...é preciso, por necessidade, que um príncipe seja severo", considera o Cardeal. Se o autor argumenta que "o primeiro fundamento da felicidade de um Estado é o estabelecimento do reino de Deus",¹⁹ é preciso que o príncipe imite a divindade, que conduza o mundo sem fraquejar um só momento. O que seria do mundo se Deus deixasse de conduzi-lo com firmeza e esquecesse de castigar os maus com severidade, pergunta-se Richelieu. Certamente que seria o reinado do caos. E o que dirá de um reino onde cessa a autoridade real! Pois, "é certo que não há de modo algum remédio tão eficaz e de efeito tão rápido, para fazer voltar à razão súditos rebeldes, que a presença do Rei".²⁰ A "presença do rei" significa a efetiva atuação do soberano que não deve permitir que nem mesmo seus favoritos sejam desatentos às leis e aos bons costumes. De fato, Richelieu e Luís XIV puniram com rigor - prisões e exílios - duques e pares de França.

Exaltando virtudes de natureza heróica, como a severidade e a força do príncipe, Richelieu faz lembrar o princípio maquiaveliano do triunfo da vontade sobre os obstáculos. Para ele, as coisas que se apresentam como as dificuldades mais intransponíveis, verdadeiramente se transformarão em muralhas e rochedos, se forem encaradas com pouca disposição. Quando um príncipe deseja com firmeza e ordena com determinação, os súditos obedecem religiosamente. Quando os príncipes são perseverantes e firmes no comando das rédeas do Estado, tudo irá bem num reino. Em toda desordem, em todo declínio de

¹⁹ *Testament*... p 54

²⁰ *Testament*... p 153 Richelieu distingue aqui a realeza como o ponto de equilíbrio do reino; quando falta a autoridade do príncipe, o Estado naufraga na desordem. No mesmo sentido, Luís XIV faz lembrar que "tirar o rigor às leis, é suspender a ordem, a paz e o repouso do mundo, é retirar a si mesmo a própria realeza" *Mémoires*... p 118.

autoridade, o príncipe tem a maior parcela de culpa, porque, normalmente, sua indulgência excessiva é a verdadeira causa.²¹ O Cardeal sintetiza estas asserções acerca da severidade:

“Em uma palavra, se desejar fortemente e fazer o que se quer, é uma mesma coisa em um príncipe respeitado em seu Estado, desejar fracamente e não querer, da mesma forma, são muito pouco diferentes porque conduzem ao mesmo fim. O governo do reino requer uma virtude varonil, e uma firmeza inquebrantável, contrária à fraqueza, que expõe aqueles nos quais ela se encontra à dominação de seus inimigos. É preciso, em todas as coisas, agir com vigor, e mesmo que o feito que empreendemos não tivesse êxito, ao menos teria a vantagem de que nada foi omitido que o pudesse fazer vitorioso, evita-se assim, a vergonha, quando não se pode evitar o transtorno de um mal acontecimento”²²

Em síntese, no *Testamento Político* é analisado um vasto conjunto de virtudes e vícios para servir como catecismo do príncipe, ainda que endereçado à um soberano já em fim de reinado. Como outras obras da mesma natureza, a intenção é orientar os passos do soberano na boa condução do Estado. Mas, no que se refere às virtudes pertencentes ao domínio da moralidade real, é preciso dizer que Richelieu foi bem pouco pródigo. Autor de máximas políticas como “a pureza de um príncipe casto afastará mais impurezas de seu reino que todas as ordens que ele desse para esse fim” e “a generosidade é o mais poderoso aguilhão dos grandes reis”,²³ tais observações soam como frases de efeito, nas quais o autor não acreditou verdadeiramente; e muito mais vazias de sentido se comparadas à incisão e ao realismo político de seu *Testamento*.

Em 1661, Luis XIV concebeu a idéia de redigir suas memórias políticas com a intenção de educar o Delfim, então na idade de sete anos, no agradável, mas também espinhoso, ofício de rei.²⁴ Dessa

²¹ O Rei-Sol também pensava assim: “Eu creio enfim, meu filho, que nesse estado de coisas, um pouco de severidade era a maior delicadeza que eu podia ter para com meus povos, uma disposição contrária diante deles produziria por ela mesma e por suas consequências, uma infinidade de males. Porque logo que um rei relaxa sobre o que ele ordenou, a autoridade perece, e o repouso com ela () tudo cai na maior desordem na opressão de mil pequenos tiranos, em lugar do rei legítimo, do qual so a indulgência, entretanto, faz toda a desordem”. *Mémoires...* p.37

²² *Testament...* p. 58.

²³ *Pensées politiques*, p. 149

²⁴ “É preciso estar alerta contra si mesmo, guardar-se contra a própria inclinação, e estar sempre em guarda contra sua natureza. O ofício de rei é grande, nobre e delicioso, quando nos sentimos dignos de desempenhar bem todas as coisas que ele exige, mas não é isento de sofrimentos, de fadigas, de inquietudes. A incerteza transtorna por vezes, e quando se passou um tempo razoável a examinar um negócio, é preciso ser determinado e tomar o partido que acreditamos o melhor. Quando temos o Estado em vista, trabalhamos por nós

maneira, fez anotar através de seus secretários, o primeiro preceptor do Delfim, Périgny, e o historiógrafo do rei, Pelisson, que o acompanharam consecutivamente em seu projeto de memorialista político, inúmeras reflexões sobre a história da França, e particularmente os feitos gloriosos que ele mesmo empreendera durante os primeiros anos de seu reinado.²⁷

As *Memórias* são compostas por considerações de variada natureza: o rei analisa as estruturas da natureza humana, a psicologia dos grandes homens e dos súditos, e o que fazer diante de determinadas circunstâncias em que o equilíbrio do Estado está em jogo. Para o tema que nos interessa mais imediatamente, ou seja, o domínio da moralidade real, há muito conteúdo: as considerações sobre as virtudes capitais do príncipe ocupam um espaço privilegiado em seu "pensamento" político.

De fato, as *Memórias* de Luis XIV se assemelham tanto a uma obra de pensamento político quanto *O Príncipe* de Maquiavel a catecismo para adolescentes. Ainda que discuta com um certo cuidado os fundamentos históricos e políticos da monarquia absoluta no reino de França, e que a defesa do direito divino dos reis seja uma coordenada teórica recorrente no texto, não se trata certamente de teoria política. As limitações impostas pela própria formação do Rei²⁸ e sua frenética

O bem de um faz a glória do outro. Quando o primeiro está feliz, em destaque e poderoso o rei em causa e glorioso, e conseqüentemente deve experimentar mais que seus súditos tudo o que há de mais agradável na vida". P. 246.

²⁷ Como se refere o autor da edição mais atualizada da obra de Luis XIV, *As Memórias* não foram autografadas: somente as notas preliminares dos anos 1666 e 1667 saíram da mão do rei, a última redação de 1661 e 1662 pertence a Pelisson, aquelas dos anos 1666 a 1668 são de Périgny e uma primeira redação de 1666 e sem dúvida de um outro secretário, talvez o presidente Rose. Todos estes textos, entretanto, têm o estilo real, mesma unidade de tom, mesma visão geral, mesmo gênero de exposição, mesma exigência do pensamento, mesmas reflexões misturadas a narrativa. Somente o estilo pode variar no detalhe, mais eloquente e sentencioso talvez, na redação de Pelisson, mais fluido na de Périgny. Mas, através de remanejamentos, estas diferenças se atenuam e se encontra por toda parte o que Sainte-Beauve denomina a *note royale*. E que Luis XIV revia com atenção, com minúcia mesmo, o texto das *Memórias* mudando uma palavra, modificando uma frase acrescentando uma nota. "As *Memórias* são, pois, propriamente sua obra, qualquer que seja a personalidade que teve a pena em mãos". Jean LONGNON, "Introduction", p.3.

²⁸ O duque de Saint-Simon conta que a primeira formação de Luis XIV fora muito precária na infância: época em que os reis de França recebiam a instrução clássica, e que o próprio Mazarino havia desistido de propósito nesse aspecto, imaginando lidar no futuro com um rei mais facilmente manipulável. Segundo Saint-Simon, a formação do rei era tão deficiente que lhe valeu muitas vezes cair no ridículo mais grosseiro, mas lhe ensinaram a ler e a escrever, e manteve-se tão ignorante que as coisas mais conhecidas de história de

atividade à frente das questões de Estado, parecem ter contribuído para diminuir as chances de se criar uma obra completa, formal e teoricamente, que se assemelhe a um sistema filosófico coerente e fechado. Aliás, nem era essa a intenção de Luís XIV

A obra é tradicional, tanto na seleção dos temas quanto na distribuição cronológica das matérias, sob esse último aspecto se assemelhando aos antigos anais. O seu traço de modernidade está na argumentação direta do Rei; velhos materiais são usados por ele para abordar a nova realidade política do reino, e o seu papel de destaque no conceito das nações européias. As *Memórias* se constituem num hino inflamado da França, e no mesmo grau, da glória de seu soberano.

De qualquer forma, as *Memórias* de Luís XIV, escritas à moda *ad usum Delphini*,²⁷ constitui-se num importante documento de História Política, sendo fonte literária das mais importantes para a compreensão do ideal ético da realeza no século XVII. O Príncipe, metamorfoseado em pedagogo real, foi responsável por uma das defesas mais convictas de sua *potestas absoluta*.

De fato, os reis de França eram indivíduos preparados para o ofício real desde a primeira infância. Afastados do convívio normal em família aos quatro anos de idade, recebiam formação específica direcionada ao *métier royal*.²⁸ No século XVII, ser rei é um apostolado dinástico-sacerdotal, o príncipe respondendo diante de Deus por uma família inteira; pela continuidade do trabalho de seus predecessores e pela preparação da obra dos que estão por vir.²⁹ Daí, normalmente, deixarem memórias políticas e participarem, em certa medida, da formação dos filhos.

Nas lições ao seu presuntivo sucessor, o Rei-Sol aborda temas comuns aos novos *espelhos de príncipes* da modernidade. Na esfera da moralidade real, Luís XIV considera os elevados princípios que um

fortunas, de comportamentos, de leis, lhe eram inteiramente alheias". *A corte de Luiz XIV Memórias de um cortesão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 195.

²⁷ "Meu filho, muitas razões, e todas muito importantes, me decidiram a deixar-vos (...) estas memórias do meu reino e dos meus feitos principais. Nunca acreditei que os reis, sentindo como sentem todas as ternuras familiares, estivessem dispensados da obrigação comum dos pais a de instruir os seus filhos mediante o exemplo e o conselho (...), fazendo comunicar todas as nossas experiências a quem deve reinar depois de nós." *Mémoires Parlanée 1661*. Paris: LCL, 1960, p. 09.

²⁸ Cf. Roland MOUSNIER, *Les institutions de la France sous le monarchie absolue*. Paris: PUF, 1972, vol. 2. Gonzague TRUC, *Education des princes*. Paris: Editions Fontenelle, 1947.

²⁹ "Eu tenho feito algumas reflexões desta condição, dura e rigorosa, dos reis, que devem, por assim dizer, uma prestação de contas pública de todas suas ações a todo o universo e a todos os séculos." *Mémoires*, p. 10.

príncipe, imagem de Deus sobre a terra, deve observar incessantemente. Em matéria de idéias políticas, Luís XIV participa do espírito de seu tempo. Com efeito, o providencialismo, que será um pouco mais tarde o eixo teórico da obra de Bossuet, encontra-se presente nas *Memórias*. Seu texto incorpora, inclusive, a idéia do *Godly Prince*, a noção de soberania verticalizada, pela qual os designios de Deus são captados e filtrados pela realeza, na realização da salvação pública:

"... em todos os empreendimentos justos e legítimos, o tempo, a ação mesma, o socorro do Céu, obram ordinariamente mil caminhos e revelam mil facilidades que não se esperava - enfim, parece que o Céu me promete visivelmente sua ajuda, dispondo todas as coisas segundo os designios que ele me inspirava"³⁰

Movido por um orgulho, que abriu inúmeras disputas pela precedência dos embaixadores de seu reino em cortes européias, o Rei-Sol se estende sobre a conduta ideal dos príncipes, ensinando com a desmedida confiança, que caracteriza sua índole, como devem agir os reis na condução dos interesses do Estado. O monarca reflete também sobre a execução de uma política religiosa compatível com a grandeza e soberania do Rei, e da França, a mais antiga e, portanto, a mais tradicional monarquia da Europa.

As virtudes morais do príncipe perfeito de Luís XIV são compatíveis com as do soberano ideal de Richelieu. Isto porque foram escritas num espírito de realismo político. As *Memórias* não são devaneios de um príncipe nascido em berço esplêndido. Nas "instruções ao Delfim", até mesmo as virtudes de natureza moral são ditadas para atender a necessidades eminentemente práticas. Luís XIV poderia ser considerado como o príncipe predileto de Maquiavel. Em primeiro lugar, porque adotou a prática da "direção defensiva" na perseguição da "razão de Estado".³¹

³⁰ *Mémoires...*, p. 14

³¹ "Os reis são frequentemente obrigados a fazer coisas contra sua inclinação e que chocam com sua natureza. Eles devem querer fazer o bem, e é preciso que eles castiguem frequentemente e percam pessoas a quem naturalmente eles desejam o bem. O interesse do Estado deve estar na frente. Devemos forçar nossa inclinação e não nos colocarmos em uma posição reprovável, em qualquer coisa importante, que se poderia fazer melhor, mas que certos interesses particulares têm impedido e deturpado a visão que se devia ter pela grandeza, o bem e o poder do Estado (...). As faltas que cometi e que me têm causado sofrimentos infinitos, devem-se à complacência, e por me deixar conduzir demasiado negligentemente pelas opiniões alheias" *Réflexions sur le métier de Roi* (1679) IN: *Mémoires...*, p. 247

O Rei-Sol foi um monarca que se preocupou em se antecipar às situações que poderiam levar a circunstâncias futuras desfavoráveis. Para tanto, ele considera que um príncipe precisa ter *virtú*. O Rei admite que o valor pessoal é uma das qualidades fundamentais ao príncipe, tão importante quanto virtudes morais como a justiça, a bondade e a continência. Mas, o valor de um príncipe, entendido como sua "força de explosão", é tanto mais perfeito quanto mais ele sabe ser oportunista, fazer frente aos contratempos, aparecendo no momento certo, para ultrapassar todos os obstáculos, que as outras virtudes julgaram intranponíveis.

Seu realismo político o leva tanto à fluidificação das virtudes morais do príncipe, quanto ao reconhecimento da dificuldade em ditar regras infalíveis para a ação da realeza, diante da diversidade das situações em cada momento. Mas a política para ele não é uma força que esteja fora do domínio de um príncipe virtuoso. Como imagem de Deus na terra, a bondade de um rei não deve conhecer limites. Entretanto, ele considera que até mesmo a Providência é por vezes constrangida a punir com severidade, em vista de praticar uma boa ação mais considerável. Ser severo com os homicidas e os malfeitores, reflete Luís XIV, "*é se deixar tocar de compaixão por um número infinito de inocentes. A indulgência para com aqueles particulares seria uma crueldade universal e pública*".³²

Nas *Memórias*, transparece uma simpatia incontida por certos preceitos do maquiavelismo político. Rei-hereditário por excelência, entretanto neto de Rei-mágico, não desconsidera o princípio sanguíneo,³³ mas também não esconde sua predileção por certos príncipes virtuosos. É preciso lembrar que o heroísmo renascentista esteve muito em moda na Idade Clássica. No auge da juventude, e conhecendo suas primeiras vitórias nos campos de batalha da Europa, o monarca exalta a realeza heróica de Carlos Magno, príncipe sempre admirado, e aliás modernizado e afrancesado, pelos autores do século XVII:

"As sangrentas derrotas de vários povos vindos do Norte e do Midi, para a ruína da cristandade, tinham levado o terror do nome francês por toda a terra. Carlos Magno, não vendo nenhum rei em toda a Europa nem, a dizer verdade, em todo o mundo, que pudesse se comparar a ele, este nome

³² Id., *ibid.*, p. 117

³³ "Eu não vejo pois, meu filho, por qual razão os reis de França, reis hereditários, e que podem se vangloriar que não há hoje no mundo, sem exceção, nem melhor casa que a sua, nem monarquia mais antiga, nem poder maior, nem autoridade mais absoluta, seriam inferiores a estes príncipes eletivos". Id., *ibid.*, pp. 44-45. Luís XIV se refere aos Habsburgos de seu tempo, que sem valor próprio e unicamente por pertencerem a uma família já decadente, tomam para si o título fictício de imperador.

parecia daí por diante impróprio ou para eles ou para ele, pela desigualdade de sua sorte. Ele escalou este elevado ponto de glória, não pela eleição de alguns príncipes, mas pela coragem e pelas vitórias que são a eleição e os sufrágios do Céu mesmo, quando ele resolveu submeter os outros poderes a somente um e não se viu absolutamente dominado tão extensa quanto a sua, fora as quatro famosas monarquias, as quais se atribui o império do mundo inteiro, ainda que elas não tenham nunca conquistado nem possuído senão uma parte bastante pequena, mas considerável e conhecida no mundo conhecido de então. Porque os impérios, meu filho, não se conservam senão como são adquiridos, quer dizer, pelo vigor, pela vigilância e pelo trabalho.

Princípios maquiavelianos como a dominação pela astúcia e pela força surgem com bastante frequência ao longo das *Memórias*. O conceito de "economia da violência", ainda que com uma aplicação prática mais branda, também faz aí suas aparições: "E para dar o exemplo, a *Cour des Aides de Paris*, tendo primeiro começado a se afastar do dever em sua jurisdição, eu exilei alguns oficiais mais culpados, acreditando que este remédio bem empregado de início, me pouparia de ter frequentemente necessidade dele no futuro, no que tive êxito", e mais adiante o Rei observa: "Esteja sempre, meu filho, em condições de se fazer temido pelas armas, mas não as empregue senão em caso de necessidade, e lembre-se que nosso poder, até mesmo quando ele chega a seu ponto máximo, para ser mais temido, deve ser mais raramente experimentado".³⁴

Como se pode observar, Luís XIV é um outro príncipe do século XVII inspirado por certos princípios do maquiavelismo político. Certamente não com a mesma intensidade de Richelieu, mas um príncipe em que valores morais como a clemência, a bondade, a indulgência e a piedade não encontram o mesmo espaço das virtudes heróicas como a coragem, a determinação, a força e o desejo de glória. O Rei-Sol reconhece o "*charme de la bonté*", mas chega ao ponto de transformar certos vícios, como o orgulho, por exemplo, numa perfeita virtude, e até muito natural quando a precedência da casa real francesa encontra-se ameaçada nas cortes européias. Para ele, o orgulho é um princípio intrínseco, que pertence a sua linhagem desde os primeiros reis.

Nesse sentido, clemência e bondade, virtudes tão naturais ao rei cristianíssimo, cedem diante da severidade. A prudência cai para um plano subalterno diante da coragem e determinação, virtudes que fazem com que a "razão de Estado" não seja uma doutrina oca.

³⁴ *Mémoires*, pp 42-43

³⁵ *Mémoires*, pp 31 e 98 respectivamente

Concebidas no início do reinado de um príncipe ainda jovem, cujo espírito fora profundamente marcado pelas turbulências da Fronda, e Luís XIV se estende sobre o impacto desse movimento na sua formação, as *Memórias* exaltam o ideal ético de uma nova realeza, sintonizada com as transformações políticas ocorridas na Europa da segunda metade do século XVII.

De fato, nenhum rei mais do que ele deu tanta atenção à *police* - a administração das finanças - e ao esforço centralizador da monarquia.³⁶ Sua modernidade, que no futuro iria se esgotar na esclerose de uma política de guerras intermináveis, foi ao ponto de, pela primeira vez na história política do Ocidente, elaborar uma fantástica propaganda monárquica, que construiu a imagem do maior príncipe da terra, como se acreditou à época.³⁷

Luís XIV fomentou ainda a querela dos Antigos e Modernos, uma moda literária que acabou por se transformar em conflito de essência política. Nesses combates travados na Academia Francesa, a imagem do Rei é o centro do discurso, sobrepairando sempre no alto de uma nuvem de incenso. A realeza solar foi comparada aos grandes príncipes da Antiguidade clássica e, entre aqueles panegiristas que tomaram partido pela superioridade dos Modernos, sempre com muito maior brilhantismo e força que um Alexandre, que um César.

Inúmeros mitos foram criados para exaltar a glória de um príncipe, que não encontrava rivais em toda a História. Como afirmava uma dessas homenagens obrigadas, *Des justes prétentions du roi sur l'Empire*, do advogado Aubery, até mesmo o grande Carlos Magno "é um modelo bastante fraco para nosso príncipe, do qual as ações heróicas farão reconhecer à posteridade que ele terá apagado a glória que se deu [ao imperador], e ultrapassou de muito longe em valor e em sabedoria todos os reis seus predecessores".³⁸

³⁶ Como se refere Nicole FERRIER-CAVERIVIÈRE, um balanço geral do reinado de Luís XIV pode variar segundo o ângulo de abordagem. Para ele, de fato houve uma efetiva unificação territorial e o Estado francês chegou até mesmo a se consolidar como modelo europeu de monarquia eficiente, verificou-se também o fenômeno da difusão e influência da cultura e da língua. Entretanto, os resultados do expansionismo foram bem modestos, acabando por levar sua política de conquistas a um estado de prostração econômica. A sua conclusão: a grandeza de Luís XIV tornou-se muito mais mito que realidade. Cf. *Le grand roi à l'aube des lumières (1715-1751)*. Paris: PUF, 1985.

³⁷ Peter BURKE estuda como o gênio dos grandes artistas foi explorado por Luís XIV para assegurar a magnificência de seu reinado e sua glória pessoal, ao celebrar seus feitos heróicos através de medalhas comemorativas, gravuras, quadros, arcos de triunfo e estatuas equestres. Cf. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

³⁸ Cit. in Nicole FERRIER-CAVERIVIÈRE, *Image de Louis XIV dans la littérature française de 1600 a 1715*. Paris: PUF, 1981, p. 354.

A simples passagem do Rei por um pequeno braço do Reno, em época de estiagem, foi transformada numa das maiores proezas militares da história da França, e celebrada como a travessia heróica do Príncipe que doma as águas profundas e furiosas. Para N. Ferrier-Caverivière, "que os temas complacentemente tratados pelo patriotismo do século XVI fossem retomados por Luís XIV, não há nada de surpreendente: para um monarca tão preocupado com sua glória, a comparação com os homens ilustres da Antiguidade se impunha a todo momento. (...) Pouco importa, então, as referências utilizadas; elas são somente pretextos que valem menos por elas mesmas que para o fim a que elas servem: louvar Luís XIV. Não se busca senão acumular fórmulas que, indistintamente, e às vezes até de uma maneira contraditória, demonstram a esmagadora e indiscutível superioridade de Luís XIV".³⁹

Diante de uma tal magnificência, uma questão se coloca até muito naturalmente: acreditavam os franceses do século XVII em seu mito? Nicole Ferrier-Caverivière considera que, à época desse primeiro e espantoso "marketing" político da história do Ocidente, existiram também outras correntes de mentalidades, que fizeram opções políticas bem diferentes dos devaneios apologéticos da realeza solar. O autor ressalta algumas personalidades do período, entre as quais se destacam Fénelon e Pascal, que se interessaram verdadeiramente pela "salvação pública", defenderam uma política menos grandiosa para o reino.⁴⁰

Les caractères ou les mœurs de ce siècle, de La Bruyère, é uma coleção de retratos da vida de corte, enfocada, de preferência, pelos ângulos do grotesco de seus costumes. A primeira edição da obra foi publicada em 1688, obtendo uma retumbante penetração nos meios cultos parisienses. Em Versalhes fez grande sucesso, mesmo que a vida de corte tenha sido objeto privilegiado para os motejos do autor. Curiosamente, La Bruyère foi lido, e até muito bem recebido, pelo meio social que ele mesmo criticara. Cinco anos após seu lançamento, *Les Caractères* já alcançava a casa da oitava edição, proporcionando ao seu autor reconhecimento e prestígio nos altos círculos da sociedade francesa.

O livro traz análises penetrantes acerca do caráter humano que, muitas vezes, extrapolam o universo da corte, alcançando uma quase universalidade. Mas seu enorme sucesso deveu-se sobretudo ao caráter

³⁹ Id., *ibid.*, p. 355.

⁴⁰ "O mito e a ideologia se encontram assim em um reino onde o real foi sacrificado pelas quimeras. Como compreender e explicar um tal estado de coisas? Pascal o faz. 'é preciso ter uma razão bem amadurecida para olhar como um outro homem o Grande Senhor rodeado, em seu soberbo palácio de sultão, de quarenta mil janissaros.' " *L'image de Louis XIV...*, p. 239.

datado da obra, uma vez que a delícia dos cortesãos são as suas verdades individuais. A leitura revela o perfil deste ou daquele cortesão, isto é claro, com o toque de uma ironia que ridiculariza toda a nobreza, principalmente no que tange ao servilismo imperante em torno da figura de Luís XIV.

La Bruyère revela-se um crítico impiedoso da sociedade de corte. Com efeito, escreveu sua obra quando era preceptor de Luís de Bourbon, neto do príncipe Condé. Intelectual de origem humilde, o que talvez o tenha levado a se sentir um tanto quanto extraviado num meio que só respeitava a força das linhagens e o poder do dinheiro, sempre procurou ser aliado de grandes personalidades.⁴¹ Durante muito tempo, foi pupilo de Bossuet, então a mais importante figura da Igreja na França, através de quem conseguiu não apenas seu preceptorado, mas o próprio ingresso na *Académie Française*, uma vez que seu estilo breve e direto fugia radicalmente dos paradigmas literários da época.

Mas, o que interessa mais de perto na obra de La Bruyère são as suas incursões pelo universo da política, as suas reflexões sobre a realeza, as suas idéias sobre as virtudes para a formação de um príncipe perfeito. Dialogando com seu próprio contexto, dedica-se em vários trechos a pintar o que em sua concepção seria o retrato do soberano ideal. É nesse sentido que sua obra pode ser tomada como um "espelho de príncipes". Na época da Fronda, La Bruyère era uma criança. Mas as lembranças dessa turbulência da história política francesa, ainda estavam muito presentes no espírito do autor.

Ao que parece, sua compreensão pessimista da natureza humana, e por extensão da sociedade, indica que para ele, só uma monarquia forte é capaz de manter a paz e exorcizar os coeficientes centrífugos da ordem. Com efeito, o medo da guerra civil e o seu amplo

⁴¹ É possível que LA BRUYÈRE tenha se considerado uma espécie de *self made man avant la lettre*, que se ancorando apenas no próprio valor, conseguiu vencer as barreiras impostas por uma sociedade de corte extremamente fechada e preconceituosa. No capítulo "Du mérite personnel" ele deixou sua amarga reflexão acerca das dificuldades encontradas pelos "radicais livres" no mundo de Luís XIV. "Que dificuldade imensa para um homem sem padrinho nem patrono, que não pertence a nenhuma corporação, que se encontra só, que possui como única recomendação o seu valor, conseguir abrir caminho através da obscuridade em que se encontra e chegar ao nível de um tolo bem cotado". *Les caractères*, ... p.72 O autor não é propriamente um revoltado na corte de Luís XIV, mas também não é um conformista. Sua perspectiva política não propõe nenhuma transformação das instituições nem da forma de conduzir a política em seu tempo. Muitos trechos de sua obra demonstram a atitude de um valor individual que para chegar à condição de um "tolo bem cotado", teve que fazer concessões e até mesmo ceder por dez anos os "direitos autorais" de seu livro

cortejo de desgraças, levava naturalmente à aspiração de uma monarquia onde o soberano reina sem obstáculos.

Sem jamais citar Luís XIV, a exemplo de outros personagens de seu tempo, que ele focalizou emprestando novos nomes, a unidade "Du souveraine ou de la république" é um discurso sobre a realeza solar. Escrito e reescrito por oito vezes em meio à querela dos Antigos e Modernos, La Bruyère desejou reformar o ímpeto heróico de Luís XIV, temperando-o nas mais altas virtudes cristãs. O texto é quase uma "homenagem obrigada", uma espécie de pedido veemente de desculpas ao Rei por ter tomado o partido dos Antigos, em sua recepção à Academia Francesa, em 1693. Desse modo, sua narrativa sobre a imagem do príncipe ideal não se afasta das fórmulas e das exigências impostas pelo gênero. Como se refere Nicole Ferrier-Caverivière, contra a insatisfação que seu discurso atraiu, tal capítulo foi uma espécie de "para-raios".⁴²

Apesar de se aproximar de Bossuet, pela natureza de sua "predicação",⁴³ que procura ressaltar as virtudes do rei cristianíssimo, a obra do moralista francês está bem longe de ser uma teologia política. Ser moralista no século XVII significa abordar os usos e costumes, e não propriamente ser pregador religioso. Entretanto, no domínio da moralidade real, La Bruyère elabora um farto catálogo de virtudes, necessárias ao príncipe para governar bem. Mas, a atitude de La Bruyère diante da realeza é muito mais complexa que a dos demais autores aqui abordados. Sua narrativa é temperada pelos louvores comuns aos escritores políticos, ao mesmo tempo que incorpora críticas moderadas ao discurso.

De fato, La Bruyère adere ao "espírito de nacionalismo" do século XVII, o que não implica contudo numa adesão ampla e completa à idolatria monárquica de seu tempo. Como seu contemporâneo Bossuet, aplaudiu de pé a Revogação do Editto de Nantes, que ele considerou como a extinção definitiva da heresia huguenote.⁴⁴ Contudo, Nicole Ferrier-Caverivière lembra que "*para ele, Luís XIV não é nem será um Deus. Ele percebe, aliás, como um escândalo, o costume que faz*

⁴² "era preciso, como se tem dito, desviar a ira ameaçadora e e admirável que o simples capítulo, 'Do soberano ou da republica' tivesse sido um para-raios suficiente" "Le moraliste La Bruyère juge de Louis XIV". IN *L'Image*... p. 245

⁴³ O trecho que se segue, por exemplo, parece ter saído da própria pena de Bossuet: "Se toda religião é um temor respeito da Divindade, que pensar daqueles que ousam atingi-la em sua mais viva imagem, que é o príncipe." *Les caracteres*... p. 486

⁴⁴ Cf. *Les caracteres*... p. 277

com que os grandes da corte francesa tratem Luis XIV como uma divindade"⁴⁵

La Bruyère criticou, áspera e ironicamente, o fenômeno da idolatria monárquica na sociedade de corte de fins do século XVII:

"Os grandes da nação se reúnem todos os dias, a uma hora determinada, em seu templo, que eles chamam igreja; existe ao fundo deste templo um altar consagrado a seu Deus, onde um padre celebra os mistérios, que eles chamam santos, sagrados e temíveis; os grandes formam um amplo círculo ao pé deste altar, aparecendo ajoelhados, as costas voltadas diretamente aos padres e aos santos mistérios, e os rostos erguidos em direção a seu rei, que se assiste de joelho em uma tribuna, a quem eles parecem ter todo o espírito e todo o coração aplicado. Não se pode deixar de ver nesse costume uma espécie de subordinação, porque o povo parece adorar o príncipe, e o príncipe adorar a Deus"⁴⁶

Essa crítica aberta, e a dizer verdade até bastante contundente, à sociedade de corte, não significa repúdio, por parte do autor, do meio social que o recebeu. Nascido em Paris no ano de 1645, e vivendo da renda de um modesto cargo público, fez boas relações com Bossuet, o que lhe valeu um "estágio" de três anos como preceptor do príncipe de sangue Luís de Bourbon, da casa Condé.

Ao término dessa experiência, voltou a Paris. Vivendo na corte sem ser nobre, ele sofreu o impacto dos valores cultuados na sociedade de corte, que considerou como o mundo de falsidade e sofisticação de Versalhes.⁴⁷ Suas máximas impiedosas sobre a vida de corte não deixam qualquer dúvida a esse respeito. Mas La Bruyère também soube se curvar a esse universo de encanto: "*Quem viu a corte viu do mundo o que há de mais belo, de mais sedutor e de mais enfeitado; quem despreza a corte, depois de tê-la conhecido, despreza o mundo*".⁴⁸

Se La Bruyère se refere com menor frequência à natureza divina do soberano, quando aproximado de Luis XIV ou Bossuet, não significa que desconsidere o caráter sagrado da realeza. É porque, ao contrário de Bossuet, La Bruyère tem os olhos muito mais voltados para a terra. As virtudes que ele considera mais apropriadas à realeza têm por objetivo transformar o soberano em pastor de seu povo, o condutor de almas para o redil do Evangelho, o que significa que a intenção do

⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 246

⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 227

⁴⁷ "É preciso que um homem de bem experimente a corte: ele descobre, ao entrando, como um novo mundo lhe era desconhecido, onde ele vê reinar igualmente o vício e a polidez, e onde tudo lhe é útil, o bem e o mal. A corte é como um edifício construído de mármore; quero dizer que ela é composta de homens muito duros, mas bastante polidos" *Les caractères*, p. 199

⁴⁸ *Ibid.*, p. 235

príncipe deve ser sempre a de trilhar o caminho mais seguro da salvação pública:

"Há um comércio ou uma troca de deveres do soberano com seus súditos, e destes com o soberano: o que é mais penoso e mais sofrível eu não vou considerar. Trata-se de julgar, de um lado, entre os estreitos deveres do respeito, dos socorros, dos serviços, da obediência, da dependência; e de um outro, as obrigações indispensáveis da bondade, da justiça, do cuidado, da defesa, da proteção... Quando se vê algumas vezes um numeroso rebanho que, espalhado sobre uma colina no ocaso de um belo dia, pasta tranquilamente o tomilho e o serpilho, ou que pasta numa pradaria uma erva delgada e tenra que escapou à foice do lavrador, o pastor, preocupado e atento, está de pé junto de suas ovelhas; ele não as perde de vista, ele as segue, ele as conduz, ele as muda de pastagem; se elas se dispersam, ele as reúne; se um lobo ávido aparece, ele solta seu cachorro, que o coloca em fuga; ele as alimenta, ele as defende, a aurora o encontra já em pleno campo, de onde ele não se retira senão com o sol: que preocupação! que vigilância! que dedicação! Qual condição parece a mais agradável e a mais livre, a do pastor ou das ovelhas? O rebanho é feito para o pastor, ou o pastor para o rebanho? Imagem cândida dos povos e do príncipe que os governa, se ele é bom príncipe".⁴⁹

De fato, La Bruyère foi muito pouco tocado pelo espírito de heroísmo ressurgente na França a partir do reinado pessoal de Luís XIV.⁵⁰ Um reino desequilibrado em sua paz interna pela cobiça de um soberano incauto está sujeito ao império de vícios que aí se instalam de maneira terrível, como a crueldade, a tirania e o despotismo. Se o principal objetivo do príncipe é de se fazer amado por seu povo num regime de paz e prosperidade, uma realeza heróica não tem valor basicamente porque nela não há virtude:

"De que serve ao bem dos povos e à suavidade de seus dias que o príncipe coloque os limites de seu reino além das terras de seus inimigos; que ele faça de suas áreas de influência províncias de seu reino; que ele seja igualmente superior nos sítios e nas batalhas, que não se esteja diante dele em segurança nem nas planícies nem nos mais fortes bastiões... De que me serviria, em uma palavra, como a todo o povo também, que o príncipe fosse feliz e coberto de glória por ele mesmo e pelos seus, que minha pátria fosse forte e formidável, se, triste e inquieto, eu aí vivesse na opressão ou na indigência, se protegido das incursões do inimigo, eu me encontrasse exposto, nas praças ou nas ruas de uma cidade, às armas de

⁴⁹ Ibid., pp. 280-281.

⁵⁰ Como observa Jacques TRUCHET, ao prescreverem um espírito de pacifismo para a realeza, muitos autores do século XVII incorreram na ambiguidade de se deixarem tocar por um certo "*patnotisme cocardier*" "que se manifesta na obra de La Fontaine, na obra de La Bruyère, e até na obra de Boileau... Louva-se o rei se ele faz a paz, e o exortam a evitar as guerras; mas se ele faz a guerra é louvado geralmente também, aceitando supor que se ele a faz é porque foi constringido a isso" *Politique de Bossuet*, p. 48.

um assassino, e que eu temesse menos, no horror da noite, ser roubado ou massacrado nas espessas florestas que em suas esquinas”.⁵¹

Os homens desejam ser amados por seu príncipe. Para La Bruyère, eles experimentam uma alegria espontânea e sensível quando têm conhecimento do amor de seu soberano.⁵² Há uma ligação fraterna entre o príncipe e seu povo, que deve ser sempre uma relação natural. Dessa forma, diz La Bruyère, “chamar um rei por “pai do povo” não significa fazer seu elogio, mas chamá-lo por seu nome mesmo, ou fazer sua definição”.⁵³

Valores morais como a bondade e a temperança se encontram em destaque no catálogo das altas virtudes de La Bruyère. A prudência aí ocupa um espaço privilegiado, porque em meio às outras virtudes necessárias ao príncipe perfeito, que devem ser combinadas proporcionalmente entre si, ela figura como o elemento de estabilidade, o princípio que faz com que nada saia do eixo da “*salut publique*”.⁵⁴ O perfil completo do príncipe perfeito, em que se misturam todas as mais altas virtudes, foi sintetizado pelo moralista no final do capítulo “Du souverain ou de la république, do qual salta uma realza eminentemente religiosa:

“Um nascimento augusto, um ar de império e de autoridade . . . que mantém o respeito do cortesão, um perfeito equilíbrio das emoções, um grande afastamento dos elogios exagerados e bastante bom senso para nunca permiti-los, não fazer jamais ameaças e reprovações, não ceder absolutamente à cólera, e ser sempre obedecido, o espírito fácil, insinuante, o coração aberto, sincero, o qual se acredita poder ver o fundo, e desse modo, muito propício a fazer amigos . . . ser secreto com tudo, profundo e impenetrável em seus motivos e em seus projetos, . . . o discernimento dos espíritos, dos talentos e das compleições, para a distribuição dos postos e dos empregos, . . . um espírito de justiça e equidade que faz algumas vezes até a pronunciar contra si mesmo em favor do povo dos aliados, dos inimigos, uma memória feliz e muito presente, que lembra as necessidades dos súditos, seus rostos, seus nomes, suas petições . . . que bane um culto falso, suspeito e inimigo da soberania [referência ao problema huguenote]; que abole usos cruéis e ímpios, . . . que reforma as leis e os costumes, se eles se encontram plenos de abusos, punir severamente os vícios escandalosos, dar por sua autoridade e por seu exemplo, crédito à piedade e à virtude, proteger a Igreja, seus ministros, seus direitos, suas liberdades, conduzir seus povos como seus filhos, estar sempre ocupado do pensamento de os ajudar, de oferecer subsídios, amar o bem de seu Estado e sua glória mais que sua vida, uma

⁵¹ *Ibid.*, pp. 278-279

⁵² Cf. *Les caractères*, p. 281.

⁵³ *Les caractères*, p. 280

⁵⁴ “Existem poucas regras gerais e algumas poucas medidas certas para governar bem, obedece-se ao tempo e às conjunturas, e tudo se desenvolve pela prudência e atenção daqueles que reinam” *Les caractères*, pp. 281-282

autoridade absoluta, que não deixa nunca ocasião para desentendimentos, para a intriga e a cabala, que tira esta distância infinita que há por vezes entre os grandes e os pequenos, que os aproxima, e sob o qual todos se dobram igualmente; uma extensão de conhecimento que faz que o príncipe veja tudo por seus olhos, que ele aja imediatamente por si mesmo, que seus generais não sejam, ainda que afastados dele, mais que seus lugares-tenentes...; uma profunda sabedoria, que sabe declarar a guerra, que sabe vencer e usar a vitória, que sabe fazer a paz, que sabe rompê-la algumas vezes, e segundo os diversos interesses, constringer os inimigos a recebê-la; que dita regras a uma vasta ambição, e sabe até onde se deve conquistar...um gênio enfim, superior e poderoso, que se faz amar e reverenciar pelos seus, temer os estrangeiros, que faz de uma corte, e mesmo de todo seu reino, uma única família, perfeitamente unida sob um mesmo chefe, cuja união e bom entendimento são temidos no resto do mundo: estas admiráveis virtudes me parecem contidas na ideia do soberano. É verdade que é raro vê-las reunidas em um mesmo modelo, é preciso que demasiadas coisas concorram a uma só vez: o espírito, o coração, a aparência, o temperamento; parece-me que um monarca que as reúne todas em sua pessoa é bem digno do nome de Grand".⁵⁵

Da mesma forma que os autores precedentes, Bossuet participou da propaganda monárquica do século XVII como trabalhador sério e devotado. Através de uma eloquência sagrada, que por seu talento oratório pôde fazer até que o gênero "orações fúnebres" renascentista encontrasse cidadania plena entre os demais estilos literários de época, o autor constrói na *Politique* o projeto de uma realeza perfeita, e por extensão, o sonho mais amplo de uma França onde reine a paz e a prosperidade.

De fato, na esfera da moralidade real, suas incursões pela história dos antigos reis do *Velho Testamento* estão inteiramente voltadas para a construção do ideal ético do príncipe reinante, e daquele que vai reinar um dia. Como ocorre em La Bruyère, muitas das observações feitas aos reis de França na *Politique* foram admoestações diretas a Luís XIV.

Bossuet sonhou com uma França próspera e feliz, com um reino no qual imperasse sobretudo a paz, e cujos reis fossem figuras inspiradas por Deus. Marcel Prélot afirma que Bossuet vai ao ponto de traçar um destino messiânico para a França, o único reino de toda a cristandade que abraçou a religião verdadeira, guiada por seus reis.⁵⁶ O

⁵⁵ *Les caractères*, pp. 283-286. O fim dessa passagem demonstra bem a recusa do autor em aderir à idolatria monárquica de seu tempo, ao se referir quase explicitamente a *Louis le Grand*, como os franceses dos séculos XVII e XVIII chamavam Luís XIV.

⁵⁶ "Segundo o pensamento de todos os teólogos, os judeus, em virtude do seu destino messiânico, foram directamente guiados por Deus, o qual nomeou os seus chefes. Mas eles foram os únicos que foram tratados deste modo: ao passo que em todos os outros lugares da terra a Providência deixou correr os acontecimentos, Bossuet não admite que o

sentimento pacifista, que é um traço bastante evidente em La Bruyère, também transparece em seu texto. Como lembra Jacques Truchet, na época de Bossuet a França conheceu um “*poderoso movimento de pacifismo espontâneo, que se desprende diretamente dos males e dos horrores da guerra*”.⁵⁷

O modelo de realeza que resulta dessa influência é a de tipo cristocêntrica, cujo representante mais perfeito na França fora São Luís. Michel Tyvaert observa que “*desde meados do século, o mito de São Luís se afirma, sustentado pelos desenvolvimentos da Reforma católica, para se impor ao fim do século para inspirar durante muito tempo o retrato mais acabado do soberano que a França conheceu*”.⁵⁸ De fato, o mito de São Luís também esteve na moda durante o século XVIII, e com exceção de Henrique IV, todos os reis Bourbonns de França, dos séculos XVII e XVIII, tiveram o seu nome.⁵⁹

Com efeito, o pensamento político de Bossuet está carregado pelo espírito de religiosidade católica do século XVII. Nesse sentido, seu príncipe não é apenas o fundamento da autoridade no reino, mas a força que fará vitoriosa a religião do Salvador, o que o levou a considerar a Revogação do Edito de Nantes por Luís XIV como “*um belo monumento da piedade do rei*” e a comparar o soberano como um novo Constantino.⁶⁰

Como já se afirmou, o pensamento político de Bossuet é uma combinação de discurso apologético da realeza e histórias antigas, cuja autoridade se apóia na força da tradição sagrada. Tencionando transformar a França real de seu tempo numa França ideal, numa nova terra prometida, numa espécie de país dos sonhos conduzido por reis

povo judeu seja uma exceção, ou antes, pensa que o reino de França partilha desta exceção. Por consequência, ao poder natural de direito divino dos Bourbonns, como é entendido por toda a Escola, Bossuet substitui audaciosamente uma instituição de direito divino positivo: “Pela primeira vez na Europa o direito divino é transformado num princípio teocrático semelhante ao que rege os judeus” - afirma Bailanche. Marcel PRÉLOT, *As doutrinas políticas*. Lisboa, Editorial Presença, 1974, vol. 2, p. 230.

⁵⁷ Jacques TRUCHET, “Présentation” IN: *Politique de Bossuet*. Paris, Armand Colin, 1966, p. 48.

⁵⁸ Michel TYVAERT, “L’image du roi.” Op. cit., p. 543.

⁵⁹ Como lembra François BLUCHE, o mito de São Luís renasceu no século XVII, ajudado pelo espírito da Contra-Reforma. Cf. *Louis XIV*. Paris, Arthème Fayard, 1989, p. 263. Numa outra obra esse autor afirma que “Os Valois e os Bourbonns dão grande valor ao fato de eles descenderem de São Luís. No século XVII, o dia de São Luís (25 de agosto) é festa nacional. Luís XIV adora, neste dia, escutar um panegirico de seu edificante ancestral. São Luís, modelo de obediência à lei de Deus, é transformado em arquétipo e protótipo do príncipe cristão, um ideal que predicadores e confessores não cessam de celebrar para estimular o zelo dos reis de França”. *L’Ancien Régime*, p. 27.

⁶⁰ Cf. Nicole FERRIER-CAVERIVIÈRE, Op. cit., p. 190.

inspirados, a *Politique* é bem sintomática da fascinação de Bossuet por seu rei, cujos desvios e excessos parecem ter afetado bem pouco sua devoção.⁶¹

Segundo Jacques Truchet, esse excessivo devotamento valeu a Bossuet, nos círculos liberais anticlericais do século XIX, o pouco lisonjeiro epíteto de "besta negra" do despotismo monárquico, numa época de afirmação de novos princípios políticos. Suas defesas apaixonadas da realeza luiscatorziana ecoaram negativamente até mesmo nos meios católicos. Joseph de Maistre, por exemplo, afirmou que ele "*deixou muito atrás de si todos os adoradores*" de Luís XIV.⁶²

Quando Bossuet faz sua opção pela monarquia como a melhor forma de governo, sua lógica de teólogo faz considerá-la assim porque somente na monarquia se estabelecem realmente laços afetivos entre o soberano e seus súditos. Somente na monarquia é que se podem desenvolver plenamente as virtudes dos governantes.

A *Politique* de Bossuet exige um rei aplicado, atento, metódico, segundo o modelo luiscatorziano. A sabedoria, pragmaticamente concebida, é uma virtude que conduz o soberano ao conhecimento das questões do Estado. Para Bossuet, a sabedoria é uma virtude importante porque leva também à compreensão da natureza humana, e socraticamente, ao conhecimento de si mesmo. A virtude da sabedoria implica ainda numa certa formação humanística do príncipe, o que não significa que a defesa de um rei-sábio conduza necessariamente à idéia platônica do rei-filósofo. Bossuet adverte que um príncipe deve ter bons conhecimentos de História, mas não pode perder muito tempo debruçado sobre livros. Para ele, as melhores lições se aprendem no grande livro da vida.

⁶¹ Um quadro patético dessa verdadeira devoção a Luís XIV foi descrito pelos que o acompanharam em seus dias de decadência: "Bossuet viveu muito e velho demais. Abandonam-no mesmo os que o deviam amparar. E atribulado pelos cálculos [le malade de la pierre], solta gemidos e gritos. Quando a doença lhe dá treguas, manda que o metam na liteira, põe-se a caminho e volta para junto do Rei, ao pé do qual dantes retomava a força e coragem; mas o Rei, que também está na decadência, não pode realizar o milagre de rejuvenescer os que se vão para o túmulo. Resistindo ao mal que o atenua, pouco firme nas pernas, com um embaraço impressionante, tenta fazer a corte ao Senhor. Quase não se vê senão ele em Versalhes. E os cortesãos troçam deste velho derreado, um pouco ridículo e maçador. Querera morrer na corte?" murmura a impiedosa Madame de Maintenon. Em 1703, na procissão da Assunção, à qual quis assistir, deu um espetáculo triste que afligiu os amigos, provocou lamentações dos indiferentes e a traça dos velhos da corte: "Coragem, senhor de Meaux, dizia-lhe Madame ao longo do caminho, nós chegaremos ao fim. Outros: 'Ah! pobre senhor de Meaux'. Outros: 'ele saiu-se bem. A maioria: 'porque é que não vai morrer em casa?'" Paul HAZARD, *Crise da consciência européia*. Lisboa: Cosmos, 1971, p. 181.

⁶² Cf. Jacques TRUCHET, p. 09.

Como se pode perceber nos dois capítulos precedentes, a *Politique* é um hino às virtudes do príncipe perfeito. Ao longo de quase quinhentas inflamadas páginas, Bossuet exercita seu virtuosismo retórico e literário para formar a consciência moral do soberano, que ele pretende ideal. Virtudes e vícios dos príncipes são como que a base de sustentação do texto e no Livro III da *Politique*, "Onde se começa a explicar a natureza e as propriedades da autoridade real", encontra-se a síntese das virtudes cardeais dos reis.

Que a autoridade real é sagrada para Bossuet, isso não se discute. Mas "a autoridade real [também] é paternal, e seu caráter próprio é a bondade... Fica evidente disso que o nome de rei é um nome de pai, e que a bondade é o caráter mais natural dos reis".⁶³ Para ele, a bondade não é meramente uma entre outras virtudes, mas o apanágio de toda a grandeza dos reis.⁶⁴ Sendo uma virtude cardinal, jamais deve se enfraquecer e nem mesmo se alterar pelas ingratidões dos súditos.⁶⁵ Ser um príncipe bondoso significa, para Bossuet, imitar a grandeza de Deus. Ele considera que, a melhor maneira de colocar em prática esta virtude é se preocupar em prover as necessidades do povo, que não é nem um dever, mas um "droit royal"; foi para isso que Deus estabeleceu a realeza.

Muitas virtudes que encontramos no moralista La Bruyère estão presentes em Bossuet: a metáfora do rei-pastor, do príncipe-protetor, também é trabalhada, com menos lirismo, certamente.⁶⁶ Isto porque Bossuet sempre esteve muito preocupado em combater a pobreza, o que às vezes faz de forma muito declarada. Recomenda-se igualmente ao rei que seja acessível e informal.⁶⁷ A ternura do príncipe e sua compaixão, principalmente pelos pobres, devem ser princípios que ele precisa observar por toda a vida. Vícios como o ressentimento e a cólera devem ceder diante da clemência, o que transmitirá à figura real um reflexo de suavidade, de doçura. A piedade aparece como o ponto de equilíbrio, absorvendo todas as outras, pois aí estão concentrados todos os deveres do príncipe. Como disse Bossuet ao Delfim "aqueles que

⁶³ Jacques-Bénigne BOSSUET *Politique* p. 71

⁶⁴ Cf. *Politique* , p. 72

⁶⁵ Cf. *Politique* , p. 79

⁶⁶ "Os povos famintos pedem pão a seu rei como a seu pastor" e mais adiante, citando o Eclesiastes, "o pão é a vida do pobre, quem o tira é um homem sanguinário" *Politique* , p. 75 e 84, respectivamente

⁶⁷ "Tornai-vos acessíveis e familiares, não vos acrediteis, como se diz, de um outro metal que vossos súditos". *Politique* p. 75

acreditam que a piedade é um enfraquecimento da política serão confundidos".⁶⁸

Como se observou, virtudes e vícios da realeza são os temas-chave dos autores políticos do século XVII. Mas, o que mais distingue o príncipe de Bossuet, dentre os demais modelos analisados sobre o tema específico da moralidade real, é a ênfase de seu discurso. Seus cacoetes de orador sacro dão da *Politique* a idéia de que é um livro ditado diretamente do púlpito. Bossuet é simplesmente uma espécie de Moisés do século XVII, flamejante em seu didatismo apologético. Entretanto, a evolução mais significativa de seu discurso político, se comparado aos demais, é o predomínio absoluto das virtudes de base religiosa.

O fato de pertencer aos quadros da Igreja, por si só, não explica suas posições. Richelieu pertencera ao mesmo círculo. Talvez fosse possível objetar também que Bossuet escreveu obras pedagógicas para a educação do príncipe. Ora, as *Memórias* de Luís XIV foram concebidas no mesmo espírito de apologismo didático e quando La Bruyère discorre em seu livro acerca "Do soberano e da república", não se pode esquecer que há muito do comportamento de ex-preceptor, de pedagogo de "testas coroadas".

De fato, todos esses textos do século XVII têm um elemento comum, que unifica os discursos políticos: as constantes "intrusões" do transcendentalismo. É esse exatamente o "preço" da persuasão que um texto tem de pagar para não se desgarrar da lógica de sua época, para não se afastar da exigência do gênero: quitação aliás bem suave, porque efetuada de maneira natural.

Aproximando as concepções políticas do Príncipe-ministro às do Rei-memorialista, procurou-se destacar certas semelhanças quanto à abordagem de uma temática específica. A natureza das obras e as intenções dos autores encontram-se unificadas pelo absolutismo empírico que vivenciaram. Nesse sentido, é natural que o modelo do príncipe ideal se assemelhe tanto: ambos se exprimem por pressupostos teológicos na política, mas defendem um modelo de realeza heróica, muito ancorada em virtudes de natureza profana.

Esses dois discursos são desenvolvidos numa linguagem menos transcendente, menos hermética, menos metafórica, que talvez a longo prazo pudesse até interferir para um enfraquecimento da sacralidade real. De fato, o modelo de Richelieu e de Luís XIV é inspirado em Filipe Augusto, o herói de Bouvines, cuja glória se assentava no heroísmo do soberano, que restaura a unidade do reino e fortalece o poder. Como

⁶⁸ *Politique*, p. 203

afirma Michel Tyvaert. Filipe Augusto é “tema de atualidade no porvir das guerras de religião”,⁶⁹ gozando de muito prestígio na primeira metade do século XVII.⁷⁰

Os dois outros autores analisados, La Bruyère e Bossuet, se exprimiram sobre o tema da moralidade real. Mas de maneira bem diferente. É bem provável que estas metamorfoses tão sensíveis em discursos de autores de um mesmo meio e de uma mesma mentalidade, que defendem uma causa comum, foram motivadas por certas questões circunstanciais. É preciso considerar também, é claro, que escrever sobre temas políticos, sendo rei ou ministro é bem diferente de abordar tais questões se constituindo num simples particular, num mero observador.

Nos anos em que escrevem Richelieu e Luis XIV, a realeza é sem dúvida o centro do discurso político. Mas, não se vivia ainda sob o império da idolatria monárquica dos anos 1680. Ainda que La Bruyère tenha sentido bem menos que Bossuet o impacto desse fenômeno, deixou-se tocar por outras ocorrências, pelo jogo de fatores endógenos à corte, que acabaram por orientar suas posições diante das virtudes do príncipe perfeito. Entretanto, ambos foram influenciados por uma mutação importante que atingiu a toda sociedade de corte.

Coincidindo com os anos da idolatria monárquica, o mundo de Versalhes conviveu ainda com o fato da nova devoção de Luis XIV. Conta um memorialista da corte, o duque de Saint-Simon, que a atmosfera de alegria e encantamento que se respirava aí foi transformada pela mudança no comportamento do Rei, que após uma juventude galante, tornou-se extremamente circunspecto e devoto, por influência de Madame de Maintenon. Essa nova atitude acabou por transformar toda a corte, que procurou acompanhar o Rei.

Um pouco posteriores ao *Testamento Político* e às *Memórias*, os textos de La Bruyère e Bossuet aparecem como uma espécie de salvaguarda da sacralidade real, ao ressaltarem virtudes morais, em franco detrimento das virtudes políticas. Bossuet chega ao ponto de negligenciar os fundamentos históricos dessa sacralidade, para encontrá-la quase que exclusivamente em Deus.

No chamado “século dos santos”, certamente o modelo do príncipe ideal desses autores não poderia ser mesmo o guerreiro Filipe

⁶⁹ Michel TYVAERT, “L’image du roi...”, p. 543

⁷⁰ Como afirma François BLUCHE, em seu monumental *Louis XIV - Um novo herói nasceu com Filipe Augusto. Sentimos a virtude de um tal protótipo. Trata-se de um Capetíngio, de um rei valente, preocupado em dar mais unidade a seus Estados, e mais poder*. Paris, Arthème Fayard, 1986, p. 262

Augusto. No fim do século XVII, a pobreza resultante de uma política de guerras, e o problema protestante acentuado pela política religiosa de Luís XIV, fortaleceram na França um pensamento político que foi buscar nos princípios morais do cristianismo seus principais fundamentos.